

## 1. INTRODUÇÃO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva é uma personalidade contraditória no que se refere à popularidade. Há os que o aprovem incondicionalmente e os que não se permitem dar-lhe ouvidos, alegando que possui pouca formação e, por conta disso, apresenta uma inadequabilidade linguística – apesar de suas mudanças consideráveis ao longo dos anos. Contudo, o carisma do atual presidente do Brasil é inegável, a aceitação popular o comprova.

O afeto que a população lhe devota possui várias raízes. Começando por sua origem nordestina, operária e migrante, cruzando os laços afetivos estabelecidos na vida militante e sindical, que o alavancou para a carreira política, até chegar a postura que assume à presidência da República. Como presidente, Lula tem características que reforçam seu carisma: manter os compromissos fortemente difundidos em seus discursos de campanha; lançar o programa Fome Zero e levar o ministério para conhecer a miséria no Nordeste; parar o carro para abraçar pessoas, dar autógrafos e esperar que tirem suas fotos; incorpora atitude descontraída, contra as recomendações da segurança, e desformaliza o poder presidencial. “No fim, mandatário obediente e político indisciplinado convergem para igual destino: o exercício do carisma” (CAVALCANTI, 2003, p. 53).

Na opinião de Cavalcanti (2003), o governo Lula seria um governo popular, e não populista. Ou seja, o presidente tem um mandato que agrada ao povo; seu governo não encontrou simplesmente a tácita simpatia ou resignada aceitação. Tendo sido eleito com um discurso de esquerda democrática, o presidente tenderia a evitar o caminho do populismo e fazer o politicamente correto. Esta concepção, entretanto, é confrontada por diversos críticos que rotulam o atual governo como populista e assistencialista.

Lula sempre foi uma personalidade polêmica, porém isto não o impediu de chegar à presidência da república e arrebatá-la a muitos com seus discursos estrategicamente elaborados – sobretudo na atual conjuntura – tornando evidente aquilo que bem é sabido: um bom discurso tem o poder de formar, influenciar e/ou transformar opiniões.

Percebe-se que, com o decorrer de sua atividade política, os discursos inicialmente simplórios, desprovidos de palavras rebuscadas e dificultados por uma péssima dicção, foram gradualmente melhorados ou substituídos por frases de efeito, jargões conhecidos e dicção aperfeiçoada. Segundo Cavalcanti (2003), estes discursos, mesmo ainda sendo atacados por jornalistas, opositores e humoristas, levaram multidões diante de palanques e às urnas, alcançando deste modo seu objetivo no quesito: “parcialmente aceito, ‘completamente’ eleito”.

Considerando todas estas coisas, busca-se fazer neste trabalho uma análise do discurso do presidente Lula proferido na Cerimônia de Lançamento das Linhas de Ação do Fundo Setorial do Audiovisual (04/12/2008), com o que se pretende obter uma compreensão da estrutura discursiva por ele utilizada e avaliar a eficácia das técnicas retóricas empregadas na ocasião de sua elaboração. Procura-se analisar como o atual presidente conseguiu e ainda consegue cativar multidões – mesmo em situações que lhe são aparentemente desfavoráveis – por meio de sua eficiente argumentação.

Nesta pesquisa, pressupõe-se que muito do sucesso adquirido nas campanhas eleitorais, e principalmente no atual mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, deve-se à articulação sofisticada de seus discursos e ao uso de eficientes estratégias retóricas. O foco deste trabalho é identificar as estratégias discursivas utilizadas pelo presidente e perceber se estas estratégias produzem os resultados por ele desejados. Para tanto, é imprescindível compreender o contexto de produção discursiva, visto que não há como desvincular o discurso do momento de enunciação, bem como é impossível desvinculá-lo da noção de que foi produzido por alguém inserido em um contexto sócio-cultural a fim de destiná-lo a alguém também inserido em determinado contexto. Deste modo, inicialmente se fez um trabalho de compilação a fim de resgatar o contexto em que o discurso presidencial está inserido – utilizando-se informações disponíveis em livros, artigos de jornais e teses – e, a partir dos estudos da Argumentação, analisar-se-á o discurso acima descrito.

Este trabalho está dividido em cinco capítulos. Após esta Introdução, discute-se no segundo capítulo questões relativas a discurso e argumentação; enquanto no terceiro, apresenta-se a biografia do atual presidente e discute-se as circunstâncias que

o permitiram chegar ao poder; no quarto capítulo, é feita a análise do discurso do presidente, ao que seguem as considerações finais.

## 2. LINGUAGEM, DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO

### 2.1 Língua e Discurso

O discurso é entendido como colocação em funcionamento de recursos expressivos de uma língua com certa finalidade; como atividade que sempre se dá numa instância concreta entre um locutor e um alocutário. Ele é pensado como uma relação de correspondência entre linguagem e questões que emergem de seu exterior, na situação de todos os discursos concretos. Seu conceito está relacionado com o de linguagem em interação, ou seja, aquele em que se considera a linguagem em relação às suas condições de produção, ou, dito de outra forma, é aquele em que se considera que a relação estabelecida pelos interlocutores, assim como os contextos, são constitutivos da significação do que se diz.

O que transforma a língua em discurso é a enunciação, de um locutor a um alocutário de um enunciado marcado por alguns dos elementos pertencentes ao aparelho formal da enunciação. E a enunciação é um acontecimento que não se repete: tem uma singularidade situada e datada que não se pode reproduzir (FOUCAULT, 2000, p. 114).

Em relação a enunciado, Foucault diz que:

- 1) *Não é uma proposição*: pode haver enunciados sem que haja proposições e nem todas as proposições são enunciados. Exemplifica: “ninguém ouviu” e “é verdade que ninguém ouviu” não são duas proposições diferentes, e, no entanto, como enunciados, não se equivalem nem se podem intercambiar.
- 2) *Não é uma frase*: a equivalência não pode ser aceita porque, embora muito provavelmente todas as frases possam ser enunciados, nem todos os enunciados são frases. Sua definição de frase tem um sabor fortemente gerativista, pois é com noções como gramaticalidade, aceitabilidade e interpretabilidade que se refere a ela.
- 3) *Não é um ato de fala*, embora esta comparação possa ser a mais verossímil de todas, segundo ele. O ato ilocucional, ou ato de fala se define pelo que uma fórmula é capaz de fazer: uma promessa, uma ordem, um decreto, etc (FOUCAULT, 2000, p.91).

Benveniste (1970) define a enunciação como um processo de apropriação da língua. No entanto, exatamente em relação ao termo *apropriação* é preciso marcar uma diferença: não se trata de apropriação através de um aparelho de enunciação, mas de

*constituição*, em qualquer instância, de enunciados, isto é, a significação real produzida por um enunciado acontecido é aquela que locutor pretende que o alocutário compreenda do seu ponto de vista que decorre de uma certa composição entre a enunciação de um certo enunciado e certas condições de enunciação. O conceito de constituição é a atividade que é realizada com a língua, mas é realizada também em relação à língua, sobre a língua, ou seja, às condições gramaticais de ocorrência de determinados elementos de uma língua, o que não significa que qualquer teoria das formas seja compatível com qualquer teoria do discurso.

Uma língua não existiria sem enunciados, mas nenhum deles é indispensável para que uma língua exista. Uma língua existe como possibilidade de descrição de enunciados, por um lado, e, por outro, é obtida a partir de enunciados.

Para Pêcheux (1975), o discurso sempre fala antes, em qualquer lugar independentemente do sujeito do enunciado, pois aquilo que se enuncia é exterior ao sujeito que realiza o enunciado. O enunciado como um elemento de discurso difere de uma seqüência de linguagem, possuindo um “campo de enunciação” ou ainda um “domínio associado”, primeiramente, abrange as formulações no interior das quais o enunciado se inscreve e forma um elemento numa seqüência discursiva, o fio horizontal de um discurso chamado de *intradiscurso*.

O discurso constitui uma entidade mais ampla do que a frase (a não ser que determinada frase possa ser considerada como discurso) e está limitado por dois brancos semânticos, que se devem quer à ausência pura e simples de uma cadeia significativa que o constitui quer à alteração do locutor. A língua dispensa de ser estruturada, codificada, porque ela é destinada à utilização por locutores em contextos determinados, assim, a linguagem permite não espantar-se diante de fenômenos que ela possibilita. A relação entre a língua e os mais diversos sistemas de referência existentes aumenta a potencialidade significativa dos recursos expressivos, ao mesmo tempo em que estes também são ampliados ou modificados. A linguagem informa também um “pensar” e “significar” analógicos, que não exigem a equivalência nem a transitividade, mas suportam o devaneio sem volta das similitudes e da metáfora, sem quadros fixos de valores, sem limites categoriais precisamente impostos, sem necessidade de conclusões.

A comunicação só é possível porque os interlocutores participam dos mesmos domínios de experiência, obedecendo a certo número de regras em função, não porque se utilizam de um código comum. As representações dos interlocutores não coincidem em determinado momento (casos como aqueles em que se descobre durante uma conversa que o último livro para um interlocutor é o penúltimo para o outro). Isto é, o que quer um locutor ao falar pode ser imediatamente compreendido ou pode necessitar de uma negociação.

A expressão “indeterminação sintática” refere-se à ausência, nas línguas naturais, de uma propriedade dos sistemas formais que garanta uma, e só uma, relação biunívoca entre expressões sintáticas e interpretações semânticas. O que significa que há, nas línguas naturais, o seguinte fato: pode-se dizer mais de uma coisa. As línguas naturais refletem em si a estrutura das sociedades em que são faladas, donde decorre que há formas de peso social diverso, e cuja sintaxe é variável segundo os grupos sociais. A condição de possibilidade de sua enunciação é a pressuposição de que tais enunciados são facilmente interpretáveis para o interlocutor.

A noção de compatibilidade como requisito para a interpretação elimina estas possibilidades. Requer-se, porém, colocar explicitamente em pé de igualdade o papel do sistema de referência, dos interlocutores e do contexto numa teoria da linguagem. A função da linguagem é, sim, estruturante do mundo, jogo no qual ela é apreendida e se estrutura, mas é no diálogo, na interação, que esta atividade se realiza, por isso parece necessário atribuir a esta relação no mínimo a mesma relevância. A linguagem é parcialmente estruturada, mas é parcialmente estruturante e isso num só movimento, num só tempo.

O objeto de uma teoria do discurso deveria ser bem diverso de uma teoria da gramática, no sentido estrito, não só pela tomada em consideração do contexto, mas também pela consideração do enunciado linguístico em sua materialidade total, visto que é com ela que os ouvintes operam, e não apenas com os elementos pertinentes ou distintivos, já que os enunciados produzem efeitos diferentes. Para enfatizar esta diferença, Possenti (2001) exemplifica:

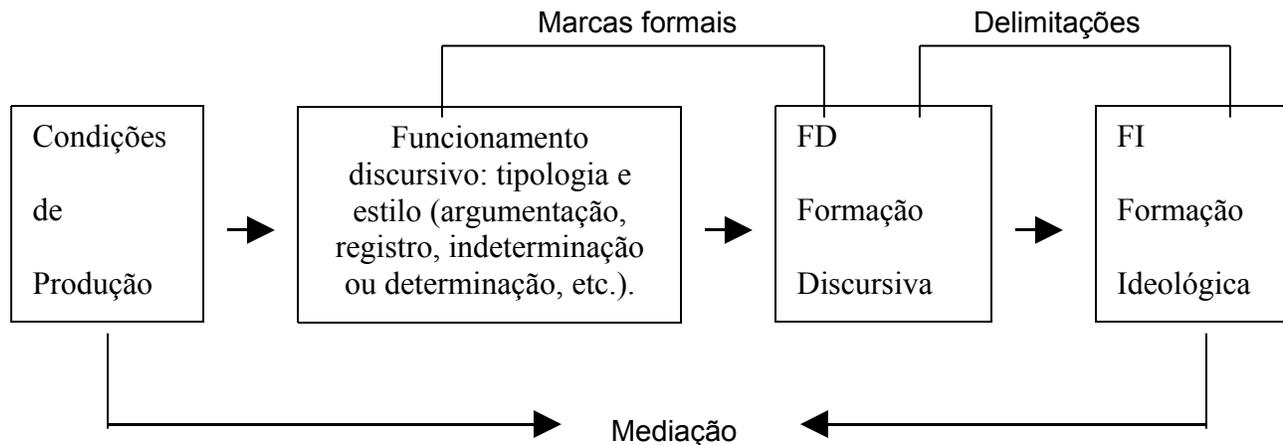
Considere-se o seguinte exemplo de Fishman (1968b: 28), em especial as diferentes condições de produção e as diferenças de efeitos produzidos pelos

seguintes enunciados “sinônimos”: “Por obséquio, desligue toda a iluminação ao abandonar o recinto” e “Escuta aqui, meu chapa, vê se não esquece de apagar a luz quando der o fora”. Se o segundo fosse enunciado nas condições do primeiro, vice-versa, produziriam efeitos completamente diferentes (POSSENTI, 2001, p. 71).

O linguístico e o discursivo são distintos, mas não são estanques na sua diferença. A separação é colocada em causa em toda prática discursiva, pois há uma relação que existe entre condições materiais de base e processo. O funcionamento discursivo na análise sobre o discurso é a atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas. Em um discurso, representam-se as relações que eles mantêm com formação ideológica. A relação entre o mecanismo da argumentação e a distinção de formações discursivas é complexa. Não é uma relação unívoca: diferenças nos mecanismos de argumentação não instauram automaticamente diferentes formações discursivas. A argumentação serve para manter a relação com a mesma formação discursiva, dando-lhe apenas uma outra dinâmica interna.

A formação discursiva é caracterizada pelas marcas estilísticas e tipológicas que se constituem na relação da linguagem com as condições de produção, pois esta relação de sua formação é ideológica.

### Esquema do Funcionamento e Discurso



O percurso pode ser feito nos dois sentidos e isto, metodologicamente, corresponde a um procedimento que tem implicações fortes para a análise e a teoria do discurso.

## 2.2 Sobre a tipologia do discurso

A noção de tipologia do discurso se faz necessária como princípio de classificação para o estudo do uso da linguagem, ou seja, do discurso. Para se tratar da variação no domínio do discurso, necessita-se metodologicamente da noção de tipo, conforme propõem vários autores. Um *tipo* de discurso resulta do *funcionamento discursivo*, sendo este último definido como atividade estruturante de um discurso determinado, para um interlocutor determinado, por um falante determinado, com finalidades específicas.

A tipologia estabelecida por Orlandi (1987) distingue: discurso lúdico, discurso polêmico e discurso autoritário. Os critérios para o estabelecimento dessa tipologia estão associados às noções de interação e polissemia. Ainda Orlandi (1987), estes tipos de discurso apresentam as seguintes características:

- *Discurso lúdico*: é aquele em que a reversibilidade entre interlocutores é total, sendo que o objeto do discurso se mantém como tal na interlocução, o lúdico não colocaria o problema da simetria ou assimetria.
- *Discurso polêmico*: é aquele em que a reversibilidade se dá sob certas condições e em que o objeto do discurso está presente, mas sob perspectivas particularizantes dadas pelos participantes que procuram lhe dar uma direção, isto é, o discurso polêmico seria aquele que procura a simetria.
- *Discurso autoritário*: é aquele em que a reversibilidade tende a zero, estando o objeto de discurso oculto pelo dizer, havendo um agente exclusivo do discurso e a polissemia contida, isto é, o autoritário procura a assimetria de cima para baixo (ORLANDI, 1987, p.154).

Citelli (1988), ao utilizar a tipologia proposta por Orlandi, explica que a forma mais aberta e “democrática” de discurso é encontrada no lúdico. Neste, há um menor grau de persuasão, tendendo, em alguns casos, ao quase desaparecimento do imperativo e da verdade única e acabada. Lúdico significa jogo, seria, pois, um tipo de discursivo marcado pelo jogo das interlocuções, pois o signo ganha uma dimensão

múltipla, plural, de forte polissemia – este tipo compreenderia boa parte da produção artística, como por exemplo, a música e a literatura.

Já o discurso polissêmico encerra um centramento na relação entre os interlocutores, aumentando o grau de persuasão.

A polissemia tende a baixar, dado a existir o desejo do *eu* em dominar o referente. Os participantes não se impõem, mas procuram dominar o seu referente dando-lhe uma direção, indicando perspectivas particularizantes (CITELLI, 1988, p. 39).

Por último, o discurso autoritário corresponde à formação discursiva persuasiva por excelência. No discurso polêmico também há persuasão, mas é no discurso autoritário que se instalam todas as condições para o exercício de dominação pela palavra. O signo se fecha e irrompe a voz da “autoridade” sobre o assunto.

Para Citelli (1988), o discurso autoritário lembra como se alguém falasse para um auditório composto por ele mesmo. É nesta manifestação discursiva que o poder mais escancara suas formas de dominação, enquanto que o discurso lúdico e o polêmico tendem a um maior ou menor grau de polissemia, o autoritário repete uma fala já sacramentada pela instituição: o mundo do diálogo perdeu a guerra para o mundo do monólogo.

Contudo, deve-se observar que, de um modo geral, esses tipos de discursos não têm de existir necessariamente de forma pura. Ou seja, o que se verifica nos textos analisados é a combinação destes três tipos, visto que não há a obrigatoriedade de uma estruturação homogênea. O que permite classificar determinado texto em lúdico, polissêmico ou autoritário é, antes de tudo, a predominância de um deles em relação aos outros.

### **2.3 Texto: o objeto de análise do discurso**

Os estudos de análise do discurso têm proposto uma distinção entre texto e discurso. O conceito de discurso é um conceito teórico cuja delimitação é impossível de ser feita em termos práticos de análise, pois não existe um discurso, mas um estado de processo discursivo; dado, ainda, o fato de que os processos discursivos se delimitam e

se definem na sua inclusão em formações que, por sua vez, se definem em sua relação com formações ideológicas, parece ter sido necessário criar essa distinção – texto/ discurso – para que se fosse possível operar, na análise, com uma unidade delimitável.

O texto reflete a duplicidade de sua constituição: enquanto objeto teórico, o texto não é um objeto acabado, mas um processo, podendo ser tomado como sinônimo de discurso; enquanto objeto empírico, o texto é um todo, é fechado, acabado, é o produto das escolhas e da organização articulada pelo seu emissor, possui com começo, meio e fim. A unidade de análise do discurso é o texto. O que caracteriza a relação entre discurso e texto é a equivalência que há entre eles; contudo, esta equivalência se dá em níveis conceituais diferentes. Para Orlandi (1987), toma-se por discurso o conceito teórico-metodológico do qual o texto é o conceito analítico correspondente.

O texto é o lugar, o centro comum que se faz no processo de interação entre falante ouvinte, autor e leitor. Observando-se a dinâmica de interação que existe entre um emissor e um receptor, sob a forma de bipolaridade contraditória – querendo com isso dizer que de um dos pólos (o do autor) é possível colocar-se no lugar do outro (o do leitor) e vice-versa. Conclui-se que o domínio de cada um dos interlocutores, em si, é parcial, sua unidade é a unidade do/no texto.

O sentido do texto não está em nenhum dos interlocutores. Também não está em um segmento isolado em que ele possa ser dividido. A unidade e sentido do texto estão na unidade a partir da qual ele foi organizado. Daí há uma característica indefinível no texto que só pode ser apreendida se levar em conta sua totalidade, sua unidade.

A análise do discurso implica que um método é aplicado ao texto, servindo para determinar suas relações que são consideradas na definição da estrutura do discurso; essas relações são aquelas que existem entre os termos do texto. Toda análise do discurso está caracterizada gramaticalmente ao seu enunciado. Esta supõe enunciações finitas, espaços discursivos limitados, além de dispositivos diversos em que são utilizados para proceder explicitamente ou implicitamente e realiza os objetos que ela manipula.

## 2.4 Argumentação: característica fundamental da linguagem

A interação social via discursos/textos não é desprovida de intenções. São exatamente as intenções do emissor que determinam o modo como ele irá expor suas ideias e pontos de vista através do uso da linguagem, orientando os enunciados no sentido de obter determinadas respostas. Assim, todo enunciado expressa a intenção de atuar sobre o outro para conquistar adesões. Como todo e qualquer discurso nada tem de neutro, ou seja, é basicamente ideológico, a argumentatividade é um fator fundamental da atividade linguística: é imanente à linguagem

A argumentação é uma atividade social, de natureza discursiva, dialógica (envolve o eu e o outro em uma multiplicidade de perspectivas) e dialética (pressupõe oposição), com o objetivo de convencer ou persuadir as pessoas e que constitui uma atividade estruturante de todo e qualquer discurso.

Na concepção de Koch (2006), ela configura-se como uma atividade estruturante do discurso porque marca as possibilidades de sua construção e lhe assegura a continuidade. Assim, a argumentação é responsável pelos encadeamentos discursivos, articulando enunciados ou parágrafos, transformando-os em textos. Através da argumentação, o locutor, utilizando seu raciocínio lógico, mostra suas ideias de forma coerente, convincente ou persuasiva, articulando progressivamente suas opiniões, a fim de que estas possam ser facilmente apreendidas pelo alocutário.

Tanto o convencimento quanto a persuasão, ambos, fazem parte do processo de argumentação e correspondem ao ato de levar a crer ou induzir a algo. Segundo Koch (2006), o ato de convencer se dirige através de um raciocínio estritamente lógico e por meio de provas objetivas sendo assim, capaz de atingir um “auditório universal”, possuindo caráter puramente demonstrativo e atemporal (as conclusões decorrem naturalmente das premissas, como ocorre no raciocínio matemático). Já o ato de persuadir, por sua vez, procura atingir a vontade, o sentimento dos interlocutores, por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis e tem caráter ideológico, subjetivo, temporal, dirigindo-se, pois, a um “auditório particular”: o primeiro conduz a certeza, ao passo que o segundo leva a inferências que podem levar esse auditório – ou parte dele – à adesão aos argumentos apresentados.

De acordo com Koch (2006), estas são as maneiras distintas de argumentar: por meio da persuasão ou do convencimento, que serão utilizadas conforme for a intenção do locutor, seu público alvo e, especialmente, o gênero que ele utilizará para expor seus argumentos:

A persuasão busca atingir o interlocutor através dos sentimentos dos interlocutores, da vontade, por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis, e tem caráter ideológico, subjetivo, temporal, dirigindo-se a um “auditório particular”, estando, portanto vinculado à emoção; enquanto que convencer é estritamente ligado à razão, por meio de provas objetivas e claras, capaz de atingir “auditório universal”, possuindo caráter puramente demonstrativo e atemporal, através de um raciocínio estritamente lógico (KOCH, 2006, p.18).

A argumentação possibilita a formulação de ideias e o desenvolvimento de pontos de vista, é por meio dela que se programam e articulam os discursos. A escolha de determinado signo, a disposição dos termos oracionais dentro de um período, o tom de voz e o registro linguístico empregado pelo emissor, pressupõem-na. Nas palavras de Adilson Citelli: “Generalizando um pouco a questão, é possível afirmar que o elemento persuasivo está colado ao discurso como a pele ao corpo” (CITELLI, 1988, p.6).

No entanto, para o discurso comum, argumentação é sinônimo de manipulação e coerção. Enquanto que, por outro lado, os estudiosos da argumentação observam que há diferentes modos de argumentar, e que é possível argumentar sem necessariamente manipular ou trabalhar somente com o sentimento, a emoção. Por isso, atualmente, faz-se separação entre Convencer e Persuadir – ambos os termos englobados na noção de Argumentação. Conforme Abreu (2002), argumentar, no discurso do senso comum, é vencer alguém, forçá-lo a submeter-se a nossa vontade. No entanto, essa atividade exige um esforço mais sutil: “Argumentar é colocar-se no lugar do outro para produzir um texto/ discurso que possa convencê-lo, ou melhor, é orientar o discurso no sentido de buscar adesões” (ABREU, 2002, p. 24).

Para a Semântica Argumentativa, “a argumentatividade está inscrita no nível fundamental da língua”. Assim, a argumentatividade não é algo acrescentado ao uso da língua. A Semântica Argumentativa, ou Semântica da Enunciação, ou Macrossintaxe do Discurso, tem por função identificar enunciados cujo traço constitutivo é o “de serem empregados com a pretensão de orientar o interlocutor para certos tipos de conclusão,

com exclusão de outros”. Ou, simplificando, com a pretensão de argumentar (Koch, 2006, p. 102).

#### **2.4.1 Estudos da Argumentação: Da tradição Aristotélica aos modernos estudos da Argumentação**

Para Citelli (1988), falar em persuasão – e por extensão Argumentação –, implica retornar à Antiguidade Clássica, onde podem ser lidas muitas das formulações que deram início aos estudos da linguagem. Na Grécia Antiga, devido ao regime “democrático” que vigora, era necessário aos “cidadãos” dominar a arte de falar bem e de argumentar perante as pessoas, nas assembléias populares e nos tribunais. Neste período, as escolas criaram disciplinas como a Eloquência, a Gramática e a Retórica para um melhor domínio da retórica do discurso. Segundo Citelli, “para os gregos o problema não era apenas falar, mas fazê-lo de modo convincente e elegante, unindo arte e espírito” (CITELLI, 1988, p.8). E a disciplina que visava buscar tal harmonia era a Retórica. Cabia a ela mostrar o modo de constituir as palavras visando a convencer o receptor acerca de dada verdade.

A retórica tem, para Aristóteles, algo de ciência, ou seja, é um *corpus* com determinado objeto e um método verificativo dos passos seguidos para se produzir a persuasão. Assim sendo, caberia à retórica não assumir uma atitude ética, mas sim analítica que visa verificar quais os mecanismos utilizados para se fazer algo ganhar a dimensão de verdade (CITELLI, 1988, p.10).

Com o passar dos séculos, os estudos da Retórica foram passando por profundas alterações e sua função perdendo o seu prestígio. A preocupação com as técnicas organizacionais do discurso e com a persuasão foi vinculando-se à ideia de embelezamento do texto. Afirmava-se que a retórica estava associada à manipulação, que, para ela, o conteúdo e a informação contida dentro do texto eram menos importante que a beleza do argumento. De acordo com Citelli (1988), as figuras de linguagem e os torneios de estilo ganharam faixa própria, encobrindo, muitas vezes, as insuficiências de ideias – isto principalmente no século XIX. Por isso, ainda hoje, persiste um pouco a visão negativa da retórica como sinônimo de enfeite do estilo e

vazio das ideias. Somente a partir do século XX, entre as décadas de 1960 e 70, os estudos da retórica começaram a ganhar força novamente, com os estudos da Argumentação e da Análise do Discurso.

Dentro dos atuais estudos sobre o assunto, Abreu (2002) irá sugerir que há quatro condições necessárias à existência de uma verdadeira argumentação. Não havendo estas “condições”, não se teria “argumentação”, mas manipulação. A primeira condição por ele proposta é ter definida uma tese e saber para que tipo de problema essa tese é resposta. A segunda condição da argumentação é ter uma “linguagem comum” com o auditório, visto que, em um processo argumentativo, as pessoas são as únicas responsáveis pela clareza do que dizem, e caso haja alguma falha de comunicação, a culpa é do próprio emissor. A terceira condição é ter um contato positivo com o auditório, fazer-se aceitar pelo outro, é saber “gerenciar a relação” e assim conseguir fazer-se ouvir. A quarta e última condição de argumentação, considerada por Abreu a mais importante, é agir de forma ética, isto é, cada pessoa deve argumentar de forma honesta e transparente.

Percebe-se que o enfoque dado por Abreu rompe com a visão de Aristóteles, pois para este o estudo da retórica ou da argumentação não estava associado à ética. Para Aristóteles, não importava se a argumentação era transparente e se os argumentos eram verídicos; o que importava era a boa elaboração do texto. Abreu, ao colocar em destaque a ética e a transparência, distingue-se da concepção Clássica no que concerne aos limites do termo “argumentação”.

#### **2.4.2 Estrutura, Estratégias e Recursos presentes nos Textos Argumentativos**

De acordo com Faraco e Tezza (2003), o texto de opinião procura dar sentido aos fatos, procura dizer o que as informações significam ou a que conclusões nos levam. A característica fundamental deste tipo de texto é a defesa de uma ideia (tese). O emissor de um texto predominantemente argumentativo defende claramente seu ponto de vista ante seu alocutário, com o intuito de atingir seu objetivo: convencer ou persuadir o destinatário da mensagem sobre seu ponto de vista.

Segundo Koche, Boff, Pavani (2006), em uma argumentação, o autor pode utilizar dos mais diferentes tipos de argumentos para defender a tese proposta. No entanto, estas autoras vão classificar como tipos de argumentos mais utilizados: os argumentos de autoridade, os argumentos baseados no consenso, os argumentos baseados em dados concretos e os de competência linguística (KOCHÉ, BOFF, PAVANI, 2006: p. 68).

Entende-se por argumento de autoridade aquele em que se recorre a autores renomados ou a “pessoas ilustres” para dar sustentação a uma ideia contida dentro do texto. O argumento baseado no consenso consiste na defesa de uma tese partindo das concepções tradicionalmente aceitas pela maioria da população. O argumento baseado em provas concretas é aquele em que são os fatos, dados estatísticos e pesquisas empíricas que vão comprovar a veracidade da proposição feita. E o argumento de competência linguística está relacionado à linguagem estrategicamente empregada em um discurso, com vistas à persuasão ou convencimento.

Dentro de um texto argumentativo, é importante uma boa sequência de informações, bons argumentos, boas informações de apoio e uma boa adequação de parágrafos seguindo sempre uma argumentação lógica. Por fim, clareza da linguagem do texto para que o leitor possa melhor assimilar as informações contidas dentro deste texto. Por isso, quanto mais claro e coeso estiver o texto argumentativo, melhor será para seu leitor, afirma Faraco e Tezza (2003).

Segundo Koche, Boff, Pavani (2006), o texto argumentativo em estudo é uma dissertação, pois propõe uma questão a ser desenvolvida, constrói uma opinião e responde a questão proposta.

Uma argumentação é considerada clara, se essas relações ficam evidentes; coerentes, se não apresenta contradições entre o ponto e os argumentos; consecutivas, se a ordem de encadeamento dos argumentos é a mais adequada para conduzir a discussão, de modo a deixar o leitor perceber relações de maior ou menor relevância entre esses argumentos (KOCHÉ, BOFF, PAVANI 2006, p.68).

Em Koche, Boff, Pavani (2006), também se enfatiza que o discurso dissertativo se desenvolve de modo linear, palavra após palavra, frase após frase, parágrafo após parágrafo, que o encadeamento tende a ser conectado de tal forma que cada parte

ocupe o lugar mais adequado numa sequência em que a argumentação progrida sem repetição ou circularidade.

Percebe-se que, se por um lado toda manifestação linguística é ideológica, intencional e, portanto, argumenta, por outro, há um tipo de discurso que possui a argumentação evidente, explícita, e é convencionalmente utilizado para a defesa e sustentação de opiniões: o discurso argumentativo.

Neste trabalho, será analisado um texto argumentativo, o discurso do Presidente Lula pronunciado na cerimônia de lançamento das linhas de ação do Fundo Setorial do Audiovisual. Nesse, verificar-se-ão os tipos de argumentos utilizados pelo presidente; as estratégias linguísticas empregadas em seu discurso; o modo como Lula se coloca perante o público e a adequabilidade linguística do discurso presidencial, considerando-se o seu auditório universal e o particular, e comparando sua linguagem com a expectativa popular em relação a um discurso presidencial. Antes da análise, porém, convém conhecer um pouco mais quem é o atual presidente e sob que circunstâncias ele chegou ao Planalto.

### **3. LULA: DA ORIGEM POBRE, LIDERANÇA SINDICAL E FUNDAÇÃO DO PT À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

#### **3.1. Biografia**

Luiz Inácio Lula da Silva nasceu no dia 06 de outubro de 1945 (sendo registrado somente no dia 27 do mesmo mês e ano) em Caetés, interior do município de Garanhuns, em Pernambuco. É o sétimo de oito filhos de Aristides Inácio da Silva e Eurídice Ferreira de Melo. Com apenas duas semanas de vida, seu pai decidiu tentar a vida como estivador em Santos, levando consigo Valdomira Ferreira de Góis, uma prima de Eurídice, com quem formaria uma segunda família. Tinha sete anos de idade quando sua mãe decidiu migrar para o litoral do estado de São Paulo, com os filhos, para se reencontrar com o marido. Após treze dias de viagem em um transporte conhecido como "pau-de-arara", chegaram na cidade de Guarujá e descobriram a existência da segunda família de Aristides. A convivência forçada ocasionou dissidências. Quatro anos depois, Eurídice levou os filhos para morar consigo em um cômodo atrás de um bar localizado na Vila Carioca, bairro da cidade de São Paulo. Após a separação, Lula quase não se reencontrou mais com seu pai, que morreu em 1978.

Lula conseguiu seu primeiro emprego aos 12 anos de idade, numa tinturaria. Nesta época, trabalhava a fim de contribuir na renda familiar. Também foi engraxate e office-boy. Com 14 anos, começou a trabalhar nos Armazéns Gerais Columbia, onde teve a Carteira de Trabalho assinada pela primeira vez. Transferiu-se depois para a Fábrica de Parafusos Marte e obteve uma vaga no curso de torneiro mecânico do Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Formou-se três anos mais tarde e, em 1963, empregou-se na metalúrgica Aliança, onde se acidentou numa prensa hidráulica, pendendo o dedo mínimo da mão esquerda.

O golpe militar de 1964 levou Lula a mudar de emprego, passando por várias fábricas, até ingressar nas Indústrias Villares, uma das principais metalúrgicas do país localizadas em São Bernardo do Campo, no ABC paulistas. Trabalhando na Villares, Lula começou a ter contato com o movimento sindical, por intermédio de seu irmão

José Ferreira da Silva – conhecido como Frei Chico. Em 1969, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema fez eleição para escolher uma nova diretoria e Lula foi eleito suplente. Nesse mesmo ano, Lula se casou com a operária mineira Maria de Lourdes da Silva, que morreu enquanto dava a luz ao primeiro filho do casal.

Cinco anos mais tarde, teve uma filha chamada Lurian com a enfermeira Miriam Cordeiro, sua namorada na época. Mais tarde, casou-se com a então viúva Marisa Letícia da Silva e adotou o filho dela, Marcos Cláudio. O casamento de mais de trinta anos com Marisa gerou três filhos: Fábio Luís, Sandro Luís e Luís Cláudio, de acordo com as informações disponíveis no site da presidência ([www.presidencia.gov.br](http://www.presidencia.gov.br)).

### **3.2. A Liderança Sindical**

Na eleição sindical de 1972 Lula tornou-se primeiro-secretário. No ano seguinte, em 1975, foi eleito presidente do sindicato com 92% dos votos, passando a representar 100 mil trabalhadores, dando então uma nova direção ao movimento sindical brasileiro. Em 1978, Lula foi reeleito presidente do sindicato e, após 10 anos sem greves operárias, ocorreram no país as primeiras paralisações. Em março de 1979, 170 mil metalúrgicos pararam o ABC paulista. A repressão policial ao movimento grevista e a quase inexistência de políticos que representassem os interesses dos trabalhadores no Congresso Nacional fizeram com que Lula pensasse, pela primeira vez, em criar um Partido dos Trabalhadores (Disponível em: [www.pt.org.br](http://www.pt.org.br)).

O Brasil atravessava, então, um processo de abertura política lenta e gradual, comandada pelos militares ainda no poder. Em 1980 uma nova greve de metalúrgicos provocou a intervenção do Governo Federal no sindicato e a prisão de Lula e outros dirigentes sindicais, com base na Lei de Segurança Nacional. Foram 31 dias de prisão. Durante este movimento, a ideia era de fundar um partido representante dos trabalhadores amadureceu-se, e, em 1980, Lula se juntara a sindicalistas, intelectuais, católicos militantes da Teologia da Libertação e artistas para formar o Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1981, no curso de uma greve no ABC paulista, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo sofreu intervenção – aprovada por Murilo

Macedo, então ministro do Trabalho do general João Baptista Figueiredo – e Lula ficou detido por vinte dias nas instalações do DOPS paulista (Disponível em: [www.pt.org.br](http://www.pt.org.br)).

Visando a usar o nome em pleitos eleitorais, Luiz Inácio da Silva alterou judicialmente seu nome para Luiz Inácio Lula da Silva, visto que a legislação vigente proibía o uso de apelidos pelos candidatos. Em 1982 o PT, partido o qual Lula liderou quanto à organização, já estava implantado em quase todo o território nacional. No ano seguinte, Lula participou das eleições para o governo de São Paulo e perdeu. Em 1984, participou, ao lado de Ulysses Guimarães, da campanha Diretas Já, que clamava pela volta de eleições presidenciais diretas no país. Lula foi uma das personalidades mais importantes da campanha.

A campanha Diretas Já não teve sucesso e as eleições presidenciais de 1984 foram feitas por um Colégio Eleitoral de forma indireta. Lula e o PT abstiveram-se de participar desta eleição. O processo indicara o governador de Minas Gerais Tancredo Neves, que participou ativamente na campanha das Diretas Já, como novo presidente do Brasil. Com a morte de Tancredo Neves, antes da sua posse como presidente, assume a presidência o vice José Sarney. Lula e o PT decidem firmar uma posição independente, mas logo se encontram no campo da oposição ao novo governo (KUCINSKI, 1998, p.113).

### **3.3. PT – Partido dos Trabalhadores**

O Partido dos Trabalhadores foi oficialmente fundado por um grupo heterogêneo, composto por dirigentes sindicais, intelectuais de esquerda e católicos ligados à Teologia da Libertação no dia 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo. O partido é fruto da aproximação dos movimentos sindicais, a exemplo da Conferência das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) que veio a ser o embrião da Central Única dos Trabalhadores (CUT), grupo ao qual pertenceu o atual presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva. Seu símbolo é uma estrela vermelha de cinco pontas com a sigla PT inscrita ao centro e seu código eleitoral é o 13.

Conforme consta no portal eletrônico do Partido dos Trabalhadores, o PT foi fundado com um viés socialista democrático. Com o golpe de 1964, a espinha dorsal do

sindicalismo brasileiro, que era o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), que reunia lideranças sindicais tuteladas pelo Ministério do Trabalho - um ministério geralmente ocupado por lideranças do Partido Trabalhista Brasileiro varguista - foi dissolvida, enquanto os sindicatos oficiais sofriam intervenção governamental. A ressurgência de um movimento trabalhista organizado expressa nas greves do ABCD paulista da década de 1970, colocava a possibilidade de uma reorganização do movimento trabalhista de forma livre da tutela do Estado, projeto este expresso na criação da CONCLAT, que viria a ser o embrião da CUT, fundada três anos após o surgimento do PT (MENEGUELO, 1989).

Originalmente, este novo movimento trabalhista buscava fazer política exclusivamente na esfera sindical. No entanto, a sobrevivência de um sindicalismo tutelado - expressa na reconstrução, na mesma época, do antigo CGT, agora com o nome de *Confederação Geral dos Trabalhadores*, congregando lideranças sindicais mais conservadoras, como as de Joaquinção e de Luís Antônio de Medeiros - mais a influência ainda exercida sobre o movimento sindical por lideranças de partidos de Esquerda tradicionais, como o Partido Comunista Brasileiro, forçaram o movimento sindical do ABCD, estimulado tanto por lideranças anti-stalinistas da Esquerda quanto por grupamentos trotskistas, a adquirir identidade própria pela constituição em um partido político - uma estratégia similar à realizada pelo movimento sindical Solidarność na Polônia comunista de então (BERBEL, 1991).

O PT surgiu, assim, rejeitando tanto as tradicionais lideranças do sindicalismo oficial, como também procurando colocar em prática uma nova forma de socialismo democrático, tentando recusar modelos já então em decadência, como o soviético ou o chinês. Significou a confluência do sindicalismo basista da época com a intelectualidade de Esquerda antistalinista, segundo Leal (2005).

Foi oficialmente reconhecido como partido político pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral no dia 11 de fevereiro de 1982. A ficha de filiação número um foi entregue ao crítico de arte Mário Pedrosa, seguido pelo poeta Antonio Candido e pelo historiador e jornalista Sérgio Buarque de Hollanda (OGASSAWARA, 2009, p.20).

Desde a sua fundação, apresenta-se como um partido de Esquerda que defende o socialismo como forma de organização social. Contudo, diz ter objeções ao

socialismo real implementado em alguns países, não reconhecendo tais sistemas como o verdadeiro socialismo. A ideologia espontânea das bases sindicais do partido - e a ação pessoal de lideranças sindicais como as de Lula, Jair Meneguelli e outros, sempre se caracterizou por uma certa rejeição das ideologias em favor da ação sindical como fim em si mesma. É bem conhecido o episódio em que Lula, questionado por seu adversário Fernando Collor quanto à filiação ideológica do PT, em debate televisionado ao vivo em 1989, respondeu textualmente que o PT "jamais declarou ser um partido marxista" (SINGER, 2001).

Mesmo assim, o partido manteve durante toda a década de 1980 relações amistosas com os partidos comunistas que então governavam países do "socialismo real" – como a União Soviética, República Democrática Alemã, a República Popular da China, e Cuba. Estas relações, no entanto, jamais se traduziram em qualquer espécie de organização interpartidária ou de unidade de ação e não sobreviveram à derrocada do mesmo socialismo real a partir de 1989, não obstante a manutenção de certa afinidade sentimental de algumas lideranças do PT com o governo de Fidel Castro - como no caso emblemático do ex-deputado José Dirceu, que na década de 1960 foi exilado em Cuba e lá recebeu treinamento para a luta de guerrilha (da qual jamais participou concretamente).

O partido se articula com diversos outros partidos e grupos de esquerda latino-americanos, como a Frente Ampla Uruguaia, partidos comunistas de Cuba, Brasil e outros países, e movimentos sociais brasileiros, como o MST no chamado Foro de São Paulo, reunião de movimentos e partidos políticos de esquerda latino-americanos. Lula, afirmou no último desses encontros: "Precisei chegar à presidência da República para descobrir o quão importante foi criar o Foro de São Paulo".

Alguns afirmam que tais relações não se traduzem em qualquer espécie de unidade organizacional, ficando no nível da solidariedade política mútua em torno de certos objetivos comuns, como a luta pela unidade latino-americana e a oposição à penetração política estadunidense na América Latina. Esses últimos dizem que o que caracteriza o PT é uma certa adesão retórica ao socialismo, adesão esta que não se traduz em pressupostos ideológicos claros e consensualmente admitidos pela generalidade do partido. O ex-presidente do PT, José Genoíno, costumava afirmar que

o socialismo e o marxismo tornaram-se, para o partido, mais "um sistema de valores" do que um conjunto de medidas para a transformação da sociedade.

Outros, discordando, caracterizam o Foro de São Paulo como um traçado de políticas conjunto e de fato, que foi o que permitiu a ascensão de Lula, de Hugo Chávez, de Evo Morales e da Frente Ampla, argumentando que essas políticas conjuntas estão traçadas nas atas desses foros, e são prontamente executadas pelos participantes presentes em governo. As ideologias políticas dos partidos e movimentos participantes do Foro de São Paulo diferem elas mesmas consideravelmente, contudo, oscilando do marxismo-leninismo do PC cubano ao "bolivarianismo" populista radical tipicamente latino-americano praticado por Hugo Chávez e Evo Morales, afirma Ogassawara (2009).

### **3.4 Ascensão política de Lula**

Em 1986, foi eleito deputado federal por São Paulo com a maior votação histórica para a Câmara Federal até aquele momento, tendo participado da elaboração da Constituição Federal de 1988. Não mais interessado na atuação parlamentar, Lula não se candidata à reeleição como deputado, preferindo, a partir do início da década de 1990, intensificar suas atividades pelo partido, colaborando a estruturar as seções regionais do PT.

Em 1989, realizou-se a primeira eleição direta para presidente após 29 anos sem eleição direta para o cargo. Lula se candidatou a presidente, porém perdeu para o seu adversário, Fernando Collor de Mello, candidato do PRN, que recebeu apoio de considerável parte da população, que se sentia intimidada ante a perspectiva do ex-sindicalista, radical e alinhado às teses de esquerda. A campanha de Fernando Collor contra Lula, no segundo turno, foi fértil em práticas tidas, na época, por moralmente duvidosas, e que combinavam preconceitos políticos e sociais: Lula foi identificado como um trãnsfuga do comunismo, a quem a queda do Muro de Berlim havia transformado em anacronismo, e seus atos político-eleitorais (comícios, passeatas) foram descritos com conotações desmoralizantes. Segundo o acadêmico Bernardo Kucinski (1998), Lula teria sido facilitado pela infiltração de agentes provocadores de

Collor nos comícios do PT. Collor acusou ainda Lula de desejar sequestrar ativos financeiros de particulares (o que a equipe econômica do futuro governo Collor fez após sua eleição).

Inumeráveis articulistas da grande imprensa pronunciaram-se de forma indecorosa sobre Lula: o comentarista Paulo Francis o chamou de "ralé", "besta quadrada" e disse que se ele chegasse ao poder, o país viraria uma "grande bosta". Além disso, uma antiga namorada de Lula, com a qual ele teve uma filha, surgiu durante a propaganda de Collor, durante o segundo turno das eleições, para acusar seu ex-namorado de "racista" e de ter lhe proposto abortar a filha que tiveram. Às vésperas da eleição, a Rede Globo promoveu um debate final entre ambos os candidatos e, no dia seguinte, levou ao ar uma versão editada do programa em sua exibição no *Jornal Nacional*. O diretor do Gallup Carlos Eduardo Matheus, entre outros, sustentou que a edição foi favorável a Collor e teria influenciado o eleitorado (fato este admitido mais tarde por várias memórias de participantes do evento, mostrado no documentário *Beyond Citizen Kane*). A eleição propriamente dita comportou ainda a alegada manipulação política do sequestro do empresário do setor de supermercados Abílio Diniz, que, ao ser libertado de seu cativeiro no dia da eleição, apareceu vestindo uma camisa do PT (KUCINSKI, 1998, p.112).

Apesar da sua derrota em 1989, a liderança de Lula no PT permaneceu incontrastável, assim como seu prestígio internacional, expresso no fato de que ele surgiu em pé de igualdade com Fidel Castro quando houve a fundação do Foro de São Paulo, em São Bernardo do Campo, em 1990, que congrega parte dos movimentos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe.

Em 1992, Lula apoiou o movimento pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor que se via envolvido em várias denúncias de corrupção. O presidente Fernando Collor foi afastado temporariamente e no final de 1992 renunciou ao cargo. Entretanto, naquele mesmo ano, Lula passa a atuar como conselheiro do Instituto Cidadania, uma organização não-governamental criada após a experiência do Governo Paralelo, voltado para estudos, pesquisas, debates, publicações e, principalmente, formulação de propostas de políticas públicas nacionais, bem como de campanhas de mobilização da sociedade civil rumo à conquista dos direitos de cidadania para todo o povo brasileiro.

Lula e o PT permanecem na oposição e se tornaram críticos do plano econômico implementado no final do governo assumido por Itamar Franco, o Plano Real. Em 1994, Luiz Inácio Lula da Silva voltou a candidatar-se à presidência e foi novamente derrotado pelo, então, candidato do PSDB, Fernando Henrique Cardoso. Em 1998, Lula saiu pela terceira vez derrotado como candidato à presidência da República. No entanto, foi claramente reconhecido como liderança incontestável da Esquerda brasileira ao apresentar-se numa chapa que tinha como candidato à vice-presidência o seu antigo rival Leonel Brizola, que havia disputado arduamente com Lula sua ida ao segundo turno das eleições de 1989 como adversário de Collor.

Lula tornou-se um dos principais opositores da política econômica do governo de Fernando Henrique, sobretudo da política de privatização de empresas estatais realizadas nesse período. A desvalorização do real em janeiro de 1999, logo após a eleição de 1998, as crises internacionais, deficiências administrativas como as que permitiram o Apagão de 2001, e principalmente o pequeno crescimento econômico no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso fortaleceu a posição eleitoral de Lula nos quatro anos seguintes.

Em junho de 2002, a Convenção Nacional do PT aprovou uma ampla aliança política (PT, PL, PCdoB, PCB e PMN) que teve por base um programa de governo para resgatar as dívidas sociais fundamentais que o país tem com a grande maioria do povo brasileiro. O candidato à vice-presidente na chapa era o senador José Alencar, do PL de Minas Gerais. A campanha eleitoral de Lula optou em 2002 por um discurso moderado, prometendo a ortodoxia econômica, respeito aos contratos e reconhecimento da dívida externa do país, conquistando a confiança de parte da classe média e do empresariado. Em 27 de outubro de 2002, aos 57 anos de idade, com quase 53 milhões de votos, Luiz Inácio Lula da Silva é eleito Presidente da República Federativa do Brasil.

Lula foi eleito presidente do Brasil, derrotando o candidato apoiado por Fernando Henrique Cardoso, o ex-ministro da Saúde e então senador pelo Estado de São Paulo, José Serra (PSDB), passando a ser único presidente brasileiro oriundo de Pernambuco. No seu discurso de posse, Lula afirmou: “E eu, que durante tantas vezes

fui acusado de não ter um diploma superior, ganho o meu primeiro diploma, o diploma de presidente da República do meu país”.

Em 29 de outubro de 2006, Lula é reeleito no segundo turno, vencendo o ex-governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB), com mais de 60% dos votos válidos, ultrapassando a marca de Rui Barbosa, que se candidatou quatro vezes. Após esta eleição, Lula divulgou sua intenção de fazer um governo de coalizão, ampliando assim sua fraca base aliada. O PMDB passa à integrar a estrutura ministerial do governo.

## **4. ANÁLISE DO DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

### **4.1 Contextualização**

O Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) é um fundo destinado ao desenvolvimento articulado de toda a cadeia produtiva da atividade audiovisual no Brasil. Criado pela Lei Nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, e regulamentado pelo Decreto nº 6.299, de 12 de dezembro de 2007, o FSA é uma categoria de programação específica do Fundo Nacional de Cultura (FNC). Seus recursos são oriundos da própria atividade econômica, de contribuições recolhidas pelos agentes do mercado, principalmente da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE - e do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL (Disponível em: [www.finep.gov.br](http://www.finep.gov.br)).

Segundo a matéria publicada por Clelia Araújo no portal eletrônico do ministério da cultura (03 de dezembro de 2008), o lançamento das linhas de ação do Fundo Setorial do Audiovisual, defendido pelo presidente da Lula, pelo ministro da Cultura, Juca Ferreira, e pelo diretor-presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine), Manoel Rangel, visa ao aumento do investimento Fundo Nacional da Cultura (FNC), que serão usados na gestão compartilhada entre Estado e sociedade, diferentes fontes de ingresso, capacidade de financiar toda a cadeia produtiva e contribuição do próprio setor, o livre acesso à cultura através do “vale-cultura” – que visa democratizar o acesso a cinemas, museus e a outros espaços culturais – bem como, a distribuição de recursos e investimentos para a produção cinematográfica no Brasil e em setores das artes, livros e leitura.

Atualmente, estão disponíveis aproximadamente R\$ 90 milhões para aplicações no setor. Dentre seus principais objetivos destacam-se: o incremento da cooperação entre os diversos agentes econômicos, a ampliação e diversificação da infra-estrutura de serviços e de salas de exibição de cinemas, o fortalecimento da pesquisa audiovisual e da sua inovação, o crescimento sustentado da participação de mercado do conteúdo nacional, e o desenvolvimento de novos meios de difusão da produção audiovisual brasileira.

Para muitos, investimentos como estes em tempo de crise são inviáveis, e projetos como o “vale-cultura” nada mais são que assistencialismo. Além disso, segundo a oposição, mesmo nas regiões em que há teatro e cinema, o vale seria utilizado pelo trabalhador como moeda de troca, pois essa classe, que não tem os mesmos hábitos que a elite, não o aplicaria em cinema, teatro, shows, dvd’s, cd’s ou livros mas, sim, utilizaria o dinheiro correspondente em outras coisas não relacionadas à “cultura”. No entanto, tudo isso é rebatido pelo governo, que diz que tais recursos servem para “elevar a cultura” do povo brasileiro, que raramente, senão nunca, frequenta aqueles lugares por falta de condições financeiras.

O aumento do investimento público no Fundo Setorial Audiovisual, num momento de crise financeira internacional, foi defendido na quinta-feira do dia 04 de dezembro de 2008, pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, pelo ministro da Cultura, Juca Ferreira, e pelo diretor-presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine), Manoel Rangel. Neste evento, estavam presentes o governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral; os ministros das Cidades, Márcio Fortes, e da Igualdade Racial, Edson Santos; e o secretário do Audiovisual do Ministério da Cultura, Silvio Darin. Na platéia, encontravam-se artistas como Cacá Diegues, Guilherme Fontes, Hugo Carvana, Luiz Carlos Barreto, Marisa Monte e Paulo Betti; um público totalmente elitizado que ouviu de Lula a importância deste investimento para a cultura brasileira. Este é o discurso que corresponde ao objeto da presente análise.

#### **4.2 O Discurso Presidencial Realizado na Cerimônia de Lançamento das Linhas de Ação do Fundo Setorial do Audiovisual – 04/12/2008**

Nesta ocasião, o presidente Luís Inácio Lula da Silva, ao invés de falar sobre a importância do lançamento das linhas de ação do Fundo Setorial Audiovisual, foge do assunto em pauta, argumentando não ser a pessoa mais indicada para falar sobre o Fundo Setorial do Audiovisual, devido ao fato de não ser o maior conhecedor do assunto abordado na solenidade.

Não se assustem porque não tem nenhuma razão para eu ler este discurso aqui. Este discurso, no fundo, no fundo, é o que você, enquanto Presidente da

Ancine, fez. Eu não vou repetir porque o meu não está tão didático. Eu penso que em um dia como este, a pessoa menos indicada para falar de audiovisual seria eu. Falar do Fundo Setorial, já foi falado. Eu queria discutir com vocês um outro assunto, aproveitando esta oportunidade (DA SILVA, 2008, p.2).

Ele não lê o texto escrito que tem em mãos e passa a discursar improvisadamente – o que é comum na maioria de seus discursos. O presidente, após expor que não falaria sobre o Fundo Setorial porque o que já havia sido dito sobre ele era suficiente, aproveita a oportunidade para falar sobre a Crise Econômica Internacional.

Vocês, como brasileiros e brasileiras formadores de opinião pública, sabem que o mundo atravessa uma crise, possivelmente maior do que a crise de 1929, e é uma crise um pouco engraçada porque há um ano – desde setembro do ano passado – nós vínhamos falando da crise do *subprime* nos Estados Unidos. Discutia-se muito até que profundidade essa crise iria. Os países ricos nunca assimilaram que tinham uma crise. O dado concreto é que a crise apareceu de forma muito forte, e uma coisa muito paradoxal é que é uma crise surgida no coração dos países ricos, no centro do capitalismo mundial, e os países menos vulneráveis a essa crise são os países emergentes, dentre os quais faz parte o Brasil (DA SILVA, 2008, p.2).

Contudo, essa digressão pode ser aparente. Segundo a tese defendida por Lula neste discurso, é preciso que se invista, que não se pare de comprar para superar a Crise Internacional, pois só assim se continuaria gerando trabalho, investimentos e haveria o crescimento da economia brasileira. Este discurso sobre a necessidade de consumo, de não estagnação, afim de “fazer o mercado girar”, legitimaria, indiretamente, o investimento no Fundo Setorial Audiovisual. Afinal, se o Governo Federal não teme investir em “cultura”, por que o povo brasileiro deveria economizar, poupar, por medo da “crise”?

Ressalta-se em todo o texto o espírito de otimismo que o presidente demonstra perante seu governo, mesmo ante a atual crise:

Um funcionário público brasileiro: ele tem estabilidade, ele pode até ter dinheiro, mas ele não compra porque ele está ouvindo dizer que tem uma crise profunda, ele prefere colocar o dinheirinho dele na poupança. Você tem o trabalhador da fábrica: ele está ouvindo falar em crise. Ele tem até uma reservazinha, vai receber 13º, pegou férias, até poderia pensar em comprar um carro. Mas o mercado de carro usado despencou, porque ninguém quer financiar. Ele fala: “Bem, eu não vou comprar o carro porque eu posso perder meu emprego, e se eu perder meu emprego eu estou ferrado”. Ou seja, é

preciso alguém dizer para ele que ele vai perder o emprego exatamente por não comprar. Na hora em que ele não compra, a indústria não produz, o comércio não vende e em algum lugar vai estourar. E vai estourar exatamente na produção industrial.

O cidadão que quer comprar uma casa, obviamente vai pensar: “bom, eu vou comprar uma casa e vou ficar desempregado”. Mas se ele não comprar a casa, a construção civil não produz, não tem trabalhador e, portanto, o comércio cai. Então este é o momento (DA SILVA, 2008, p.8).

Neste discurso, o presidente Lula se coloca como vítima da oposição, que torce para que o Brasil “quebre”, simplesmente para poder dizer que ele, o presidente, é incapaz de governar o país por ser “ignorante”. Assim, Lula apresenta-se alvo do preconceito e/ou descrédito que todo pobre ascendente seria alvo.

Então, eu fico acompanhando a crise e fico vendo, muitas vezes, o que se escreve sobre a crise, o que se fala na televisão sobre a crise, o que se comenta no rádio. E, às vezes, eu fico imaginando que tem um tipo de gente que parece que torce para que a crise venha e quebre o Brasil. Ou seja, tem um tipo de gente que está doido para dizer: “Está vendo? Eu não falei que o Lula não sabia administrar o País? Eu não falei que o Lula não sabia cuidar da crise? Eu não falei que tinha crise, quando ele dizia que não tinha?”. E isso eu vejo todo santo dia, toda hora (DA SILVA, 2008, p.3).

No entanto, além de se colocar como alvo inocente de maldosas críticas da oposição, o presidente também critica, sugere que seus antecessores não fizeram nada perceptível pelo país nos últimos tempos, enquanto estiveram no poder.

Essas coisas todas que estão acontecendo, acontecem num momento em que o Brasil vive o seu mais importante momento de respeitabilidade internacional. Vocês, que viajam para o exterior, sabem que não há momento na história do Brasil em que as pessoas tiveram tanta expectativa e tanta confiança na relação com o Brasil (DA SILVA, 2008, p.4).

A tese proposta por Lula em seu discurso é a de que se faz necessário investir, ou seja, o povo precisa comprar sem ter medo de que a crise vai afetar na sua renda, se os gastos serão prejudiciais na renda familiar, pois se o brasileiro não investir, não comprar, será difícil para a economia superar esta crise, gerando, assim, demissão em massa de muitos trabalhadores, a quebra de bancos e empresas tanto nacionais quanto internacionais. Por isso, é preciso que se comprem, invistam no comércio brasileiro para que a economia do país que possa ter uma melhor circulação e a crise possa ser superada.

Em solenidades e pronunciamentos à nação brasileira, Lula é conhecido por “desburocratizar” o discurso presidencial. Neste discurso, não fugindo ao hábito, e em alguns momentos até abusando dele, ele faz referência ao Governador do Rio de Janeiro, Sergio Cabral, “Serginho”; outra hora ao ministro da cultura, “Juca Ferreira” e segue, durante todo o seu discurso tratando-os com muita familiaridade. A informalidade do presidente Lula chega ao ponto de tratar o público a sua volta como pessoas comuns, agindo como se estivesse em uma conversa entre amigos, em um papo descontraído de mesa de bar, ou quem sabe como se estivesse dirigindo-se a amigos de longa data, como se tamanha fosse sua afinidade com seus “companheiros” políticos e artistas.

Destaca-se, neste discurso, uma questionável adequabilidade linguística. Lula utiliza uma linguagem informal, popular, com comparações e metáforas, pois se por um lado as classes populares tendem a aceitá-lo com bom humor e graciosidade; as demais classes e, principalmente, a imprensa não são tão receptivas. Em outros mandatos presidenciais, os antecessores de Lula eram mais formais, seus discursos altamente burocratizados, na maioria das vezes lidos, evitando-se o pronunciamento oral e, mesmo nestes casos, percebia-se extremo zelo pelo padrão culto da língua e demais formas de “decoro”.

Exemplo típico eram os discursos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, lidos, aparentemente sem improviso, menos apelativos que os de Lula. O ex-presidente Fernando Henrique era formal, não fugia do assunto e ressaltava a importância dos eventos e solenidades em que participava.

Lula parece, em algumas situações, depreciar-se por falar de modo rústico, por não ter totalmente conhecimento do universo que o cerca. Como foi dito acima, ele próprio se coloca como perseguido por uma classe que não acredita nele nem no potencial dos desfavorecidos. Recurso, estratégia, apelação, são múltiplas as possibilidades para tal comportamento. O fato é que, com isso, Lula acaba gerando situações embaraçosas e ao mesmo tempo cômicas. Agrada a uns, aborrece a outros. E, quanto à imprensa, esta não deixa escapar nada, atribuindo motivos e causas a tal postura.

Meu caro amigo Manoel Rangel Neto, diretor-presidente da Agência Nacional de Cinema-Ancine. Quero lhe dar os parabéns pela exposição didática, porque o Juca passou três horas comigo e eu não entendi o que era o Fundo Setorial. Parabéns pela forma didática... Está certo que o Juca teve que explicar 300 outras coisas, mas esta foi a forma mais didática de uma apresentação. Tem uma coisa engraçada: se a pessoa faz a apresentação uma vez e a gente não entende, a gente é burro. Se a pessoa faz a segunda vez e a gente ainda não entende, a gente é meio burro. Mas, na terceira vez, burro é quem está explicando, porque a gente não entende. Desta vez, eu entendi tudo (DA SILVA, 2008, p.1).

Segundo Abreu (2008), entende-se por auditório o conjunto de pessoas a que se dirige com o intuito de convencer e persuadir; detalhe: o auditório não tem a possibilidade de interromper ou refutar o emissor no momento de sua enunciação. Abreu orienta que não se deve confundir interlocutor com auditório. E exemplifica: “Um repórter que entrevista uma pessoa não é o seu auditório, é apenas seu interlocutor. O auditório é composto pelos leitores de um jornal ou telespectadores em suas casas” (p. 41, 2008).

Para Abreu, auditório universal é um conjunto indeterminado de pessoas sobre o qual não há controle de variáveis. Já o auditório particular, é um conjunto de pessoas cujas variáveis são controladas, o público é específico, a diversidade de pessoas é delimitável. Aquele que vai argumentar precisa adaptar-se ao seu auditório (ABREU, 2008, p.42).

Considerando isso, pode-se dizer que o discurso de Lula é aceitável ao auditório universal, porque esse é composto por um grande número de pessoas – saliente-se: a maioria – que não fala conforme o padrão culto da língua, nem se exprime com o “decoro” que burocraticamente se exige de uma autoridade. A grande massa popular, tanto pela trajetória de vida, quanto pela linguagem utilizada, identifica-se com o presidente Lula. Já o auditório particular, a elite intelectual, artística e econômica – a classe A – não se identificando, tende a ironizar e desdenhar da linguagem presidencial, o que tanto se vê na mídia.

### 4.3 Análise da Linguagem Presidencial

É característico dos discursos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o uso de metáforas, catacrese e antonomásias, assim como o uso de palavras de baixo calão. O discurso analisado neste trabalho, não se foge à regra.

Primeiramente, observa-se um forte apelo emocional em suas palavras. O presidente, constantemente, retorna a sua história, contando sobre a sua vida dura e a luta para chegar à presidência, o que pode causar comoção – principalmente no povo mais humilde, que muito se identifica com sua história de vida. Ao mesmo tempo, procura transmitir grande confiança perante seu público, visto que em tudo há crise, e, mesmo assim, sobrevive-se e se prospera:

Uma nordestina, quando tem o oitavo filho, é uma crise absoluta. Eu também nunca tive nada fácil na minha vida, eu nunca tive absolutamente nada fácil. O meu primeiro presente eu ganhei de mim mesmo, aos 17 anos de idade, que foi uma bicicleta que eu comprei, velha, não conhecia a bicicleta, mas tinha vontade de ter uma, e quando eu comprei, perdia mais tempo consertando a corrente do que andando de bicicleta. Ainda assim, fiquei muito feliz porque foi o primeiro presente (DA SILVA, 2008, p.2).

Lula, exemplo brasileiro de superação, compara sua vida à crise econômica: “Eu não quero ser mais otimista do que o *Rei*, mas eu sou originário de crise”. Esta comparação também se remete a fábula do *Rei Nu*, que conta a história de um rei que manda seu alfaiate produzir uma roupa especial para fazer um passeio, uma roupa invisível. Só que o alfaiate mente, dizendo que esta roupa é especial, sendo que de fato não é. O rei começa a caminhar pelas ruas e todo povo o saúda, em questão de respeito, menos uma criança que diz ao rei a situação em que ele se encontra. O rei faz uma reflexão sobre seu povo, e percebe que este não dizia que ele estava nu por um sinal de respeito, visto a posição superior por ele exercida. Com esta comparação, Lula exprime que ele não acredita ser o único enganado, como o “rei”. Aliás, em seu discurso, subentende-se que ele estaria na situação inversa, pois Lula é parte do povo, ele sempre se coloca assim – e o povo, segundo a fábula, enxerga com mais nitidez que aquele que se julga superior, que julga tudo saber (no caso, a oposição). Por isso, o “rei” seria a elite, que quer desbancá-lo. Esta classe acredita ser a dona da verdade.

Mas Lula demonstra otimismo para superar essa crise. A seu ver, quem está enganada é a oposição.

Compara-se também a Dom Quixote: “Às vezes eu me sinto como se fosse o Dom Quixote, às vezes eu me sinto sozinho tentando pregar o otimismo de uma coisa muito prática, que é fazer a economia girar” (DA SILVA, 2008, p.8).

Suas contínuas comparações, algumas vezes, ultrapassam o limite do que é conveniente, comparando o Mercado até com a dor de barriga de uma criança ainda bebê:

Filho, quando tem dor de barriga volta para casa, quando tem gripe volta para casa, quando não tem dinheiro volta para casa, aí o pai é “paizinho”, “mãezinha”. O que aconteceu com o famoso mercado onipotente? Quando o mercado teve a dor de barriga, que não foi uma dor de barrigazinha, foi uma diarreia daquelas, (inaudível), insuportável... Quando o mercado teve essa diarreia, quem é que eles chamaram para salvá-los? O Estado, que eles negaram durante 20 anos (DA SILVA, 2008, p.12).

O presidente também utiliza expressões regionais, como no momento em que disse que sua equipe de governo iria trabalhar bastante para superar a crise, utilizando o termo “por cima da carne seca”: “Posso dizer para vocês que nós vamos trabalhar com o esforço que for necessário para que o Brasil saia desse momento “por cima da carne seca”. Agora eu voltei a ser nordestino: “por cima da carne seca” (DA SILVA, 2008, p.14).

Neste discurso, ainda foram utilizadas palavras de baixo calão, o que gerou muita polêmica perante a mídia brasileira. Em algumas partes do seu discurso, a palavra “inaudível” é utilizada para omitir qualquer expressão de baixo calão que seja dita pelo presidente. Na citação abaixo, encontra-se o termo “inaudível” para suprimir a expressão “se fu”:

Ora, eu comecei falando de coisas que eu leio, de coisas que eu escuto, de coisas que eu vejo. Imaginem vocês, se um de vocês fosse médico e atendesse a um paciente doente, o que vocês fariam para ele? Olha, companheiro, o senhor tem um problema, mas a medicina já avançou demais, a ciência avançou demais, nós vamos dar tal remédio e você vai se recuperar. Ou você diria: meu, (inaudível). Vocês fariam isso para um paciente de vocês? Vocês não fariam (DA SILVA, 2008, p.7).

Um dos trechos de seu discurso que chama a atenção é a comparação do mercado internacional com adolescente que segundo Lula era “soberano e onipotente” perdeu sua credibilidade diante desta crise, que na verdade começou nos Estados Unidos e foi se espalhando por todo o mundo.

Agora, vejam que interessante: os mais idosos, os mais experientes, quem têm filhos, aqui, devem estar vendo que o mercado, que era soberano, onipotente até outro dia, nada mais é do que um adolescente. Quem tem filho aqui sabe o seguinte: filhos de 16 a 21 anos, não precisam de pai e de mãe, eles são onipotentes, eles querem sair na hora que eles quiserem, não perguntam quanto a gente ganha e querem todo o dinheiro da gente, e por mais que a gente dê acham que é pouco, nós somos caretas, nós não somos modernos, nós não entendemos. No meu tempo, quando eu era adolescente, a gente tinha um quê de se vestir elegantemente, com calça. Hoje, a gente não sabe se é calça ou se é bermuda, o que é, porque é sempre no meio da “canela”, às vezes do Joelho para baixo, e vão para baile assim, vão para tudo quanto é lugar, não tem mais aquela “chiqueza” que a nossa geração tinha. Não tem mais aquele charme. E o pior é que eles arrumam mais namoradas do que a gente arrumava na época.

Então, eu acho que o mercado virou um pouco adolescente, ou seja, o Estado não pode nada: você é careta, “coroca”, não conhece de nada, não é moderno, não gosta de funk, não gosta de rap, não gosta disso, música clássica é coisa atrasada, filme do Mazzaropi não dá nem para ver, e vai por aí fora (DA SILVA, 2008, p.12).

Quanto aos argumentos utilizados, além da contínua argumentação por analogia, que já se viu acima, observa-se a predominância de outros dois tipos de argumentos: o baseado no consenso e o baseado em dados concretos. Este argumento consiste em dar maior ênfase à argumentação e despertar o interesse em seu interlocutor o efeito de convencimento a partir do uso de dados estatísticos, empíricos, verificáveis:

Nós temos situações, hoje, infinitamente melhores do que já tivemos em qualquer outro momento histórico do Brasil. Hoje nós somos um país com a economia consolidada, nós somos um país com 207 bilhões de reservas. Nós somos um país com uma dívida pública que representa apenas 36% do PIB, quando um país desenvolvido, como a Itália, tem 105% do PIB de dívida pública, um país desenvolvido como os Estados Unidos tem quase 70% do PIB na sua dívida pública (DA SILVA, 2008, p.3).

E utiliza de fatos reais para dar maior veracidade às proposições. A inserção de relatos e fatos, bem como dados estatísticos, dão “concretude” à argumentação.

Nós somos um país que tem uma exportação diversificada como em nenhum outro momento. Nós já tivemos, há 10 anos, os Estados Unidos representando quase 30% do fluxo da balança comercial brasileira, a Europa outros 30, e o mundo, o outro, quase não existia. Hoje nós temos os Estados Unidos representando para nós apenas 14,5% da nossa balança comercial, a Europa 15% ou 16%. Entretanto, na América Latina nós crescemos de forma extraordinária, nós crescemos na África, nós crescemos no Oriente Médio e nós crescemos na Ásia. Isso porque nós tomamos uma decisão, de não ficarmos dependentes apenas de um bloco ou de um lado do mundo, de que era preciso construir uma diversificação, não apenas de países, de compradores nossos, mas também de produtos, para que a gente pudesse ficar um pouco mais independente.

Ao mesmo tempo, nós temos um mercado interno que poucos países têm. Obviamente, tem a China e a Índia com um mercado interno muito maior do que o nosso. Mas nós temos condições de resolver parte dos problemas das nossas exportações suprindo as necessidades do mercado interno brasileiro (DA SILVA, 2008, p.3).

Percebe-se a ausência de argumentos de autoridade neste discurso. Não há a citação expressa de nenhum economista, de nenhum especialista no assunto. Não se leva em questão nenhum estudo concernente à crise que evidencie uma fundamentação sólida da tese presidencial. Pelo contrário, o presidente deixa parecer que o que diz é uma conclusão pessoal, comparada não com crises econômicas análogas, mas a sua própria vida e reflexões particulares. Isto tudo, dá a impressão de um “achismo”, como se observa no trecho já citado:

Então, eu fico acompanhando a crise e fico vendo, muitas vezes, o que se escreve sobre a crise, o que se fala na televisão sobre a crise, o que se comenta no rádio. E, às vezes, eu fico imaginando que tem um tipo de gente que parece que torce para que a crise venha e quebre o Brasil (DA SILVA, 2008, p.3).

Percebe-se que o discurso provoca uma divisão de opiniões em relação à sua aceitação, divisão esta associada às diferentes classes sociais. Por um lado, a elite não aceita o discurso porque julga o presidente não conhecedor do assunto em questão; afinal, ele nem sequer é formado. Por outro, a classe popular o aceita; mas isso mais pelo fato de Lula ser um homem do povo, que lutou e venceu para conseguir chegar onde está. A confiança das massas parece ser oriunda de uma identificação/admiração, ou seja, de cunho afetivo, o que permite classificar o discurso de Lula como, acima de tudo, persuasivo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou mostrar os dois lados da trajetória de Lula: de um lado, a figura simbólica do sindicalismo que lutava pelo ideal de cada trabalhador das fábricas e indústrias brasileiras; de outro, o presidente da república eleito com altos índices de aprovação. Procurou-se, nesta pesquisa, analisar o discurso político do presidente Lula mostrando, de modo objetivo, como um homem público consegue persuadir a população por meio da linguagem e se tornar popular, adquirindo grande número de eleitores.

Pressupondo-se que muito do sucesso adquirido nas campanhas eleitorais, e principalmente no atual mandato do presidente Lula, deve-se aos discursos articulados e ao uso de eficientes estratégias retóricas, o intuito deste trabalho foi mostrar quais os tipos de argumentos e estratégias mais utilizados pelo presidente.

Uma vez feita a análise, percebeu-se com nitidez que há uma grande predominância da emoção no discurso do presidente Lula analisado; nota-se que o presidente trabalha antes com a persuasão que com o convencimento, pois o utiliza esse método para passar a confiança ao seu público; fala a verdade que o povo quer ouvir e, isso, gera um incomodo perante aqueles que repudiam seu governo.

Segundo o conceituado jornalista Boris Casoy, em um artigo publicado no livro *Como Não Ser Enganado Nas Eleições* ( apud DIMENSTEIN, 1994, p.44), “o uso da emoção é um dos instrumentos mais comuns nas campanhas eleitorais, pois quanto menos informada é a população de eleitores, mais a emoção é eficaz para conseguir votos”. Na visão dos políticos, dos publicitários e especialistas que dirigem campanhas eleitorais, é bem mais prático influenciar essas pessoas usando sua emoção do que a razão. Mostrar as dificuldades reais do país através de estudos técnicos, apresentar gráficos, discutir opções teóricas de caminhos a serem seguidos e propor planos de governo reais, tudo isso é considerado totalmente sem efeito, inútil, por aqueles que dirigem campanhas eleitorais. Um discurso flamejante, teatral, humano, fraternal, igual, salvador, uma música envolvente com letra heróica e uma seqüência estudada de imagens cinematográficas que mexem com a alma: “essa é a fórmula básica da conquista de votos no Brasil junto a alguma coisa que pode parecer racional ao eleitor”, conforme afirma Boris Casoy (apud DIMENSTEIN,1994p. 44).

Este é um tipo de estratégia articulada pelos políticos para a manipulação da população, a maioria de origem pobre, que enxerga nestes políticos um salvador da pátria na busca de soluções imediatas para os problemas do Brasil, o que é típico do povo brasileiro. No entanto, estes políticos, depois terem feitos muitas promessas e conseguirem finalmente se eleger, passam a pedir cautela, jogam a culpa dos problemas em seus antecessores, e a população continua à espera, sem ter seus anseios atendidos. É necessário que a população busque informações principalmente sobre o passado desses políticos, cobrando o que não foi cumprido em seus mandatos anteriores. Afinal, a informação é instrumento importante na escolha de um político, do contrário, movem-se os eleitores pela emoção/persuasão.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suaréz. **A Arte de Argumentar**. 11.<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

AMARAL, Oswaldo E. do. **A Estrela Não é Mais Vermelha: As Mudanças do Programa Petista nos Anos 1990**. São Paulo, Garçoni, 2003. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido\\_dos\\_Trabalhadores](http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_dos_Trabalhadores)>. Acesso em: 07 de agosto de 2009.

ARAÚJO, Clélia. **O Que é o Fundo Setorial do Audiovisual**. Brasília, 2008. Disponível em : <<http://www.cultura.gov.br/site/2009/04/24/fundo-setorial-do-audiovisual>> Acesso em: 29 de Abril de 2009.

BALLY, Charles. **Linguistique générale et Linguistique Française**. Berna: France, 1932.

BARROS, Guilherme, D'AMORIM, Sheila. **Ações da Sadia despencam quase 30% com perdas milionárias**. São Paulo, Folha Online. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Crise\\_econ%C3%B4mica\\_de\\_2008-2009](http://pt.wikipedia.org/wiki/Crise_econ%C3%B4mica_de_2008-2009)>. Acesso em: 06 de outubro de 2008.

BENJAMIN, César - "Pisavam nos astros, distraídos...", **Folha de S. Paulo**, 30 de novembro de 2005. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido\\_dos\\_Trabalhadores](http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_dos_Trabalhadores)>. Acesso em: 07 de agosto de 2009.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística Geral II**. Campinas: Editora Pontes/Unicamp, 1989.

BERBEL, M.R. **Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980)**. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido\\_dos\\_Trabalhadores](http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_dos_Trabalhadores)>. Acesso em: 07 de agosto de 2009.

BETTO, Frei. **Lula: biografia política de um operário**. 7.<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

CAVALCANTI, Luiz Otávio. **O que é o governo Lula**. São Paulo: Landy Livraria Editora e Distribuidora Ltda, 2003.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e Persuasão**. 3.<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Ática, 1988.

COURTINE, Jean Jacques. **Metamorfoses do Discurso Político: Derivas da Fala Pública**. Clara Luz, 2006.

DA SILVA, Luiz Inácio Lula. **Discurso da Cerimônia de Lançamento das Linhas de Ação do Fundo Setorial do Audiovisual**, Rio de Janeiro – RJ, 04 de dezembro de 2008. Disponível em : <<http://www.imprensa.planalto.gov.br>>. Acesso em: 05 de dezembro de 2008.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Como Não Ser Enganado nas Eleições**. São Paulo: Ática, 1994.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. **Oficina de Texto**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 2000.

GUIMARÃES, Juarez Rocha. **Claro enigma: O PT e a tradição socialista**. Campinas, 1990. Dissertação (mestrado). Universidade de Campinas. AMARAL, Oswaldo E. do. **A estrela não é mais vermelha: as mudanças do programa petista nos anos 1990**. São Paulo, Garçon, 2003. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido\\_dos\\_Trabalhadores](http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_dos_Trabalhadores)>. Acesso em: 13 de setembro de 2009.

KOCH, Ingedore Villaça. **Argumentação e Linguagem**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1987.

\_\_\_\_\_; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCHE, Vanilda Salton; BOFF, Maria Benetti; PAVANI, Cinara Ferreira. **Atividades de Leitura e Escrita – Prática Textual**. 2.ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

KOIFMAN, Fábio. **Presidentes do Brasil**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Rio, 2005.

KUCINSKI, Bernardo. **A Síndrome da Antena Parabólica - Ética no Jornalismo Brasileiro**, Fundação Perseu Abramo, S. Paulo, 1998, pg.111-113. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz\\_Inácio\\_Lula\\_da\\_Silva](http://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz_Inácio_Lula_da_Silva)>. Acesso em: 13 de julho de 2009.

KUNTZ, Ronald A., COMERLATTO, Tadeu. KOSTESKI, Claudino. **Como Ser Um Candidato Vitorioso**. São Paulo: Maltese, 1991.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. **O PT e o Dilema da Representação Política - Os deputados federais são representantes de quem?**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido\\_dos\\_Trabalhadores](http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_dos_Trabalhadores)>. Acesso: 07 de agosto de 2009.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido, 1979-1982**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989. Disponível em:

<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido\\_dos\\_Trabalhadores](http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_dos_Trabalhadores)> Acesso em: 07 de agosto de 2009.

OGASSAWARA, Juliana Sayuri. **Revista Fórum: Onde estão os intelectuais brasileiros**. São Paulo: Editora Publisher, maio de 2009. Página 20. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido\\_dos\\_Trabalhadores](http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_dos_Trabalhadores)>. Acesso: 13 de julho de 2009.

OLIVEIRA, Kelly. **Banco Central volta a vender dólar à vista**. Brasília: Agência Brasil. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Crise\\_econ%C3%B4mica\\_de\\_2008-2009](http://pt.wikipedia.org/wiki/Crise_econ%C3%B4mica_de_2008-2009)>. Acesso em: 10 de Outubro de 2008.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A Linguagem e seu Funcionamento**. 2.<sup>a</sup> Ed. Campinas: Pontes, 1987.

OSAKABE, Haquira. **Argumentação e Discurso Político**. 2.<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PINTO, José Nêumanne. **Partidos e Políticos**. Rio de Janeiro: JB LTDA, 1982.

POSSENTI, Sírio. **Discurso, Estilo e Subjetividade**. 2.<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SINGER, André. **O PT- Folha Explica**, São Paulo, Publifolha, 2001, *apud* LEAL, Paulo Roberto Figueira. **O PT e o dilema da representação política**, Rio de Janeiro, FGV, 2005, pg44. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz\\_Inácio\\_Lula\\_da\\_Silva](http://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz_Inácio_Lula_da_Silva)>. Acesso em: 07 de agosto de 2009.

SOURIOUX, Jean – Louis. Lerat, Pierre. **Análise de Textos**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VOIGT, Leo. **A formação do PT: esboço de reconstrução histórica**. Porto Alegre, 1990. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido\\_dos\\_Trabalhadores](http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_dos_Trabalhadores)>. Acesso em: 13 de julho de 2009.